



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/2562/2023	09/10/2023	Sai-AP/2023/233	31/10/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 740/XII – “Caminhos rurais/florestais do Pico com muitos anúncios, mas pouca manutenção”, apresentado pelos Senhores Deputados Mário Tomé, Marta Matos e Patricia Miranda, do Grupo Parlamentar do PS

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Mário Tomé, Marta Matos e Patricia Miranda, do Grupo Parlamentar do PS, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

O estado atual dos Caminhos Rurais/Florestais do Pico, não só em termos de degradação do piso, como também a nível da manutenção das bermas, do controlo da vegetação, bem como, na conservação dos sistemas de drenagem, é resultado de muitos anos de abandono e desinvestimento, com severas consequências para os utilizadores (maioritariamente agricultores) em termos de penosidade, desgaste das viaturas e dificuldade no desempenho da atividade, mas também para a própria resolução do problema, pois implica intervenções profundas, mais morosas e com maior dispêndio económico.

Acresce ainda realçar a situação péssima que o Serviço Florestal do Pico foi deixado; era claramente um serviço despromovido de investimento, abandonado, esquecido no tempo e sem qualquer rumo. Com um parque de máquinas obsoleto, ocioso e inoperativo e um grupo de operacionais desmotivados e insuficientes para fazer fase à realidade do problema.



1-Porque é que o Governo Regional ainda não concluiu o Caminho da Rosada, na freguesia das Ribeiras, Concelho das Lajes do Pico, quando faltam apenas duzentos metros para finalizar o troço?

É unanimemente reconhecido que o Caminho da Rosada tem uma grande importância para o setor agrícola daquela zona, pois permite o acesso a cerca de 166 ha de pastagem. Trata-se de um caminho reivindicado há imensos anos, pois havia um grande número de proprietários que não tinha acesso às suas propriedades.

O início da construção deste caminho rural remonta-nos para o ano de 2006, onde o SFP procedeu ao rompimento e construção de uma pequena extensão (junto à serra). No entanto devido ao desinvestimento tipo no SFP e ao deterioramento dos seus equipamentos, este serviço deixou de ter capacidade operativa para poder executar obras desta envergadura, sendo por isso necessário avançar com uma empreitada.

Entre vários anos de espera e várias reivindicações de presidentes de Junta das Freguesias Locais, ficou decidido que a DRRF ficaria encarregue de execução da obra, mas ficava a cargo das referidas autarquias locais (nomeadamente a JF das Bandeiras), conseguir o acordo com os devidos proprietários para a cedência gratuita do terreno e respetivas “declarações de cedência” devidamente assinadas.

Assim, em 2020, a DRRF procedeu ao lançamento de um concurso público com vista à execução de uma empreitada para execução do remanescente da desejada via, que previa conectar o referido troço executado pelo SFP, ao caminho do Arrife. A adjudicação da empreitada, bem como o início dos trabalhos, ocorreu ainda no período legislativo do XII Governo.

A execução contou então com a cedência gratuita de terreno, no entanto, a meados de 2021 e já com a obra a decorrer, a DRRF foi contactada por um proprietário informando que não estava esta entidade autorizada de prosseguir com a via pelo seu terreno. Informou que nunca tinha sido contactado e como tal ficou surpreso por ver uma máquina a “rasgar” uma estrada através da sua propriedade.

Após várias tentativas de demover o proprietário de tal decisão e com a obra em progresso, restou apenas terminar o troço possível.

Nesta fase constatou-se também que havia ainda outros proprietários que também não teriam assinados as respetivas declarações de cedência gratuita, situação que foi, entretanto, resolvida. Esta decisão do proprietário levou à impossibilidade de executar os últimos 250 m, impedindo a sua ligação do caminho da Rosada ao caminho do Arrife (a sul).



Realça-se que a situação poderia ter sido totalmente evitada se os processos de cedência gratuita dos terrenos e respetivas “declarações de cedência”, geridos pelo antigo executivo, tivessem sido devidamente cumpridos e acautelados, por forma a evitar alterações de autorização, já com trabalhos em execução e a necessidade de revisões de projetos/alteração de quantidades.

2-Qual a extensão de caminhos recuperados pelo Serviço Florestal do Pico, nos últimos 3 anos, e quais as vias degradadas que pretende reabilitar ainda em 2023? Solicita-se informação detalhada por concelho.

No que diz respeito aos caminhos recuperados pelo SFP nos últimos 3 anos, em objeto de remendagem, no total foram intervencionados cerca de 154 km, até ao mês de julho do presente ano, detalhado na tabela abaixo.

Prevemos em 2023 atingir uma extensão de remendagem na ordem dos 60-70 km. É objetivo do Governo Regional, no Concelho da Madalena, terminar o Caminho Rural da Santa e na freguesia de São Mateus, os restantes caminhos Rurais da freguesia da Candelária e ainda, no concelho das Lajes, o caminho do Bodo Leite.

Por motivos relacionados com férias de pessoal operativo, existe um decréscimo de produção nos meses de agosto e setembro. Além disso, devido ao grau de degradação que os caminhos evidenciam, as intervenções são mais morosas e com maiores consumos de asfalto, inertes e esforço laboral.

Em matéria de conservação e limpeza dos caminhos florestais e rurais da ilha do Pico, considerando limpeza de bermas, regularizações em macadame e limpezas/desobstrução de valetas de encaminhamento de águas pluviais, realizou-se num total, dos últimos 3 anos e até ao mês de outubro do presente ano, cerca de 540 km.

	2020*	2021	2022	2023 (Até julho)
Concelho	Extensão (m)	Extensão (m)	Extensão (m)	Extensão (m)
Madalena	8050	28 282	147 264	20 556
Lajes	2767	25 724	100 172	5500
S. Roque	17480	101 678	105 356	4800
Total	28 297	155 684	352 792,00	30 856



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

** Dados do último ano da Legislatura anterior*

Importa salientar que estes processos de limpeza de bermas e taludes e limpezas/desobstrução de valetas e encaminhamento de águas pluviais, têm sido uma aposta bastante forte. Assenta na já referida mudança de paradigma de intervenção. Estas intervenções permitem um melhor desempenho à escorrência das águas superficiais (que passem a circular onde é devido) evitando assim danos no piso da via.

Pese embora o valor de 2023 aparentar ser reduzido (30 856 km), realça-se que o mesmo diz respeito maioritariamente à limpeza de bermas por remoção de terra vegetal acumulada por muitos anos, o que na realidade significa uma excelente produção! É um trabalho demorado e exigente, devido à enorme quantidade de material que é removido. É um trabalho que trará vantagens futuras.

Prevê-se, até ao final de 2023, atingir valores similares a 2021.

Abaixo fotos do processo de limpeza de bermas, para perceção da quantidade de material que é removido.



Enorme quantidade de material acumulado



Processo de limpeza de bermas. Novo equipamento adquirido



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública



Fotos do Antes e o Depois dos trabalhos de limpeza

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública